

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	53.096.770.180
Preferenciais	0
Total	53.096.770.180
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	7.527.630	4.740.640
1.01	Ativo Circulante	2.400.158	1.629.969
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	787.986	438.679
1.01.03	Contas a Receber	826.386	901.924
1.01.03.01	Clientes	826.386	901.924
1.01.04	Estoques	4.593	3.555
1.01.06	Tributos a Recuperar	35.946	23.755
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	35.946	23.755
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.875	304
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	34.071	23.451
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.353	13.579
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	731.894	248.477
1.01.08.03	Outros	731.894	248.477
1.01.08.03.01	Outros Ativos	125.162	91.986
1.01.08.03.02	Derivativos	0	156.491
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial	606.732	0
1.02	Ativo Não Circulante	5.127.472	3.110.671
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.162.293	2.181.832
1.02.01.04	Contas a Receber	25.420	26.464
1.02.01.04.01	Clientes	25.420	26.464
1.02.01.07	Tributos Diferidos	40.717	19.459
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais Diferidos	40.717	19.459
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.739	308
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.094.417	2.135.601
1.02.01.10.03	Derivativos	187.585	199.980
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	211.432	198.269
1.02.01.10.05	Outros tributos a compensar	27.498	24.790
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.806.654	1.602.976
1.02.01.10.07	Outros Ativos	679	678
1.02.01.10.08	Ativo Financeiro Setorial	0	108.908
1.02.01.10.09	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	1.860.569	0
1.02.04	Intangível	965.179	928.839
1.02.04.01	Intangíveis	965.179	928.839
1.02.04.01.02	Ativo Contratual	227.111	159.983
1.02.04.01.03	Intangível	738.068	768.856

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	7.527.630	4.740.640
2.01	Passivo Circulante	1.792.043	2.206.635
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.426	17.442
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	26.426	17.442
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	26.426	17.442
2.01.02	Fornecedores	816.080	688.754
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	816.080	688.754
2.01.03	Obrigações Fiscais	197.263	183.479
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	68.004	49.246
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.328	9.118
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	10.557	5.305
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	48.928	24.547
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	5.191	5.301
2.01.03.01.05	IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	0	4.975
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	128.563	133.595
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	128.563	133.595
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	696	638
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	696	638
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	169.297	653.433
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	35.434	482.829
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35.224	29.939
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	210	452.890
2.01.04.02	Debêntures	133.863	170.604
2.01.04.02.01	Debêntures	133.863	170.604
2.01.05	Outras Obrigações	582.977	663.527
2.01.05.02	Outros	582.977	663.527
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	252.116	348.377
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Setorial	0	41.514
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	179.777	215.689
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	65.116	16.028
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	85.968	41.919
2.02	Passivo Não Circulante	5.204.203	2.345.812
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.462.838	1.495.398
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.701.043	859.882
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	947.595	318.122
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	753.448	541.760
2.02.01.02	Debêntures	761.795	635.516
2.02.01.02.01	Debêntures	761.795	635.516
2.02.02	Outras Obrigações	2.695.016	801.719
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	102.116	100.006
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	102.116	100.006
2.02.02.02	Outros	2.592.900	701.713
2.02.02.02.03	Fornecedores	1.379	2.748
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	448.988	522.184
2.02.02.02.05	Derivativos	35.406	0
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	65.746	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.02.02.07	PIS/COFINS devolução consumidores	1.860.569	0
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	15.234	14.822
2.02.02.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	165.578	161.959
2.02.04	Provisões	46.349	48.695
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	46.349	48.695
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	468	230
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.855	30.870
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	15.081	16.548
2.02.04.01.05	Outros	945	1.047
2.03	Patrimônio Líquido	531.384	188.193
2.03.01	Capital Social Realizado	258.497	253.909
2.03.02	Reservas de Capital	37.552	42.140
2.03.04	Reservas de Lucros	304.699	304.699
2.03.04.01	Reserva Legal	34.032	34.032
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	270.667	270.667
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	351.071	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-420.435	-412.555

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.638.661	4.290.536	1.093.627	3.153.785
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.392.864	-3.517.211	-899.616	-2.591.284
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.215.735	-3.049.257	-759.853	-2.193.551
3.02.02	Custo de Operação - Amortização	-26.461	-77.913	-25.035	-74.358
3.02.03	Custo com Operação - Outros	-62.095	-180.893	-50.257	-151.156
3.02.04	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-88.573	-209.148	-64.471	-172.219
3.03	Resultado Bruto	245.797	773.325	194.011	562.501
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-79.772	-218.640	-58.726	-195.648
3.04.01	Despesas com Vendas	-42.069	-113.673	-26.830	-96.209
3.04.01.01	Amortização	-266	-708	-248	-547
3.04.01.02	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-19.884	-48.083	-6.403	-35.140
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-21.919	-64.882	-20.179	-60.522
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.019	-93.712	-30.224	-90.495
3.04.02.01	Amortização	-4.081	-11.936	-3.851	-12.306
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-29.938	-81.776	-26.373	-78.189
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.684	-11.255	-1.672	-8.944
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-3.684	-11.255	-1.672	-8.944
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	166.025	554.685	135.285	366.853
3.06	Resultado Financeiro	-14.883	9.249	-2.362	44.258
3.06.01	Receitas Financeiras	39.086	104.981	19.026	110.406
3.06.02	Despesas Financeiras	-53.969	-95.732	-21.388	-66.148
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	151.142	563.934	132.923	411.111
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-47.948	-194.460	-47.612	-147.255
3.08.01	Corrente	-22.106	-211.658	-17.243	-17.729
3.08.02	Diferido	-25.842	17.198	-30.369	-129.526
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	103.194	369.474	85.311	263.856
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	103.194	369.474	85.311	263.856
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,94	6,96	1,61	4,97

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	103.194	369.474	85.311	263.856
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.139	-7.879	-7.001	90.565
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais, líquido dos efeitos tributários	0	0	0	84.126
4.02.02	Risco de Crédito na Marcação a Mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários.	-1.139	-7.879	-7.001	6.439
4.03	Resultado Abrangente do Período	102.055	361.595	78.310	354.421

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.298	408.643
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	716.600	559.095
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	563.934	411.111
6.01.01.02	Amortização	90.557	87.211
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	10.745	9.201
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	-44.433	-17.123
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Entidade de Previdência Privada	37.486	25.723
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	10.228	7.832
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	48.083	35.140
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-680.302	-150.452
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	28.756	38.589
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-14.899	-9.070
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-10.319	1.181
6.01.02.04	Contas a Receber - CDE	-9.797	17.235
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	-478.284	-4.990
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	-44.586	-32.268
6.01.02.09	Fornecedores	125.957	-57.369
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-215.763	-31.662
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	16.246	38.542
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-66.633	-27.962
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-55.001	-57.973
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	49.088	-35.811
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-14.854	-19.745
6.01.02.17	Passivo Financeiro Setorial	14.219	-4.870
6.01.02.18	Contas a Pagar CDE	-12.077	14.318
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	7.645	21.403
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-224.202	-63.425
6.02.02	Adições de Ativo Contratual	-224.202	-164.323
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (resgates)	0	100.898
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	537.211	223.652
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	1.125.156	544.618
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-660.799	-409.186
6.03.03	Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-111.904	0
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	184.758	88.220
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	349.307	568.870
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	438.679	237.019
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	787.986	805.889

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	253.909	42.140	304.699	0	-412.556	188.192
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	253.909	42.140	304.699	0	-412.556	188.192
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-18.403	0	-18.403
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.403	0	-18.403
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	369.474	-7.879	361.595
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	369.474	0	369.474
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.879	-7.879
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	-7.879	-7.879
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	258.497	37.552	304.699	351.071	-420.435	531.384

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	249.321	46.729	580.620	0	-312.646	564.024
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	249.321	46.729	580.620	0	-312.646	564.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.588	-4.588	-196.057	0	0	-196.057
5.04.01	Aumentos de Capital	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	0	0	-196.057	0	0	-196.057
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	263.856	90.564	354.420
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	263.856	0	263.856
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	90.564	90.564
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	6.438	6.438
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	84.126	84.126
5.07	Saldos Finais	253.909	42.141	384.563	263.856	-222.082	722.387

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	6.390.051	4.895.070
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.229.483	4.758.366
7.01.02	Outras Receitas	208.651	171.844
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	208.651	171.844
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-48.083	-35.140
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.799.229	-2.795.735
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.393.041	-2.452.791
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-322.852	-272.211
7.02.04	Outros	-83.336	-70.733
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.590.822	2.099.335
7.04	Retenções	-90.869	-87.548
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-90.869	-87.548
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.499.953	2.011.787
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	110.600	114.196
7.06.02	Receitas Financeiras	110.600	114.196
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.610.553	2.125.983
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.610.553	2.125.983
7.08.01	Pessoal	153.724	132.155
7.08.01.01	Remuneração Direta	67.433	62.900
7.08.01.02	Benefícios	80.211	63.412
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.080	5.843
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.986.185	1.659.622
7.08.02.01	Federais	1.045.015	905.250
7.08.02.02	Estaduais	939.050	752.173
7.08.02.03	Municipais	2.120	2.199
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	101.170	70.350
7.08.03.01	Juros	98.059	67.487
7.08.03.02	Aluguéis	3.111	2.863
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	369.474	263.856
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	18.403	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	351.071	263.856

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2021	2020	Variação	2021	2020	Variação
Receita operacional bruta	2.374.555	1.690.083	40,5%	6.438.135	4.930.210	30,6%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.364.565	1.092.503	24,9%	4.053.227	3.350.097	21,0%
Suprimento de energia elétrica	207.818	81.285	155,7%	496.313	290.436	70,9%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	88.432	64.366	37,4%	208.651	171.844	21,4%
Outras receitas operacionais	415.044	298.284	39,1%	1.215.877	858.909	41,6%
Ativo e passivo financeiro setorial	298.696	153.645	94,4%	464.066	258.924	79,2%
Deduções da receita operacional	(735.894)	(596.456)	23,4%	(2.147.598)	(1.776.425)	20,9%
Receita operacional líquida	1.638.661	1.093.627	49,8%	4.290.536	3.153.785	36,0%
Custo com energia elétrica	(1.215.735)	(759.853)	60,0%	(3.049.257)	(2.193.551)	39,0%
Energia comprada para revenda	(1.049.441)	(607.062)	72,9%	(2.487.444)	(1.849.784)	34,5%
Encargo de uso do sist transm distrib	(166.294)	(152.791)	8,8%	(561.813)	(343.767)	63,4%
Custo e despesa operacional	(256.900)	(198.487)	29,4%	(686.594)	(593.381)	15,7%
Pessoal	(41.863)	(37.907)	10,4%	(121.831)	(113.267)	7,6%
Entidade de previdência privada	(12.495)	(8.015)	55,9%	(37.486)	(25.723)	45,7%
Material	(7.363)	(5.759)	27,9%	(19.626)	(16.983)	15,6%
Serviço de terceiros	(37.989)	(33.205)	14,4%	(113.489)	(101.021)	12,3%
Amortização	(30.808)	(29.134)	5,7%	(90.557)	(87.211)	3,8%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(88.432)	(64.366)	37,4%	(208.651)	(171.844)	21,4%
Outros	(37.952)	(20.105)	88,8%	(94.954)	(77.332)	22,8%
Resultado do serviço	166.025	135.285	22,7%	554.685	366.853	51,2%
Resultado financeiro	(14.883)	(2.362)	530,1%	9.249	44.258	-79,1%
Receitas financeiras	39.086	19.026	105,4%	104.981	110.406	-4,9%
Despesas financeiras	(53.969)	(21.388)	152,3%	(95.732)	(66.148)	44,7%
Resultado antes dos tributos	151.142	132.923	13,7%	563.934	411.111	37,2%
Contribuição social	(13.470)	(12.980)	3,8%	(53.174)	(39.582)	34,3%
Imposto de renda	(34.477)	(34.632)	-0,4%	(141.286)	(107.673)	31,2%
Resultado Líquido do Período	103.194	85.311	21,0%	369.474	263.856	40,0%
EBITDA	196.833	164.419	19,7%	645.242	454.064	42,1%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 24)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 2.374.555, apresentando aumento de 40,5% (R\$ 684.472) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 2.286.123, apresentando um aumento de 40,6% (R\$ 660.406) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 24,9% (R\$ 272.062) principalmente pelo (i) aumento de 29,4% (R\$ 320.964) na tarifa média, decorrente principalmente do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de outubro de 2020 de 9,82% (percepção do consumidor) e aplicação da bandeira tarifária 15,60% (vermelha no 3º trimestre de 2021 comparada com verde no 3º trimestre de 2020), compensado por (ii) redução de 3,5% (R\$ 48.902) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 155,7% (R\$ 126.533) principalmente pelo aumento na venda de energia comercializada no curto prazo (R\$ 125.409) principalmente em decorrência do aumento na tarifa média em função do aumento do preço de liquidação de diferenças (“PLD”), compensado pela redução no volume de energia comercializado;
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 39,1% (R\$ 116.760) basicamente pelos aumentos: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD (R\$ 69.303) em função principalmente do RTA de outubro de 2020 e aumento no volume de energia transportada, (ii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 28.198) principalmente em função do aumento da variação do indexador (IPCA), (iii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de

Comentário do Desempenho

Desenvolvimento Energético “CDE” e subvenção da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias “CCRBT” (R\$ 12.237) e (iv) arrendamentos e aluguéis (R\$ 6.145);

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento de receita de 94,4% (R\$ 145.051), principalmente: (i) diferimento de custo de energia, repasse de Itaipu, ESS e EER (R\$ 417.645), (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 33.856), compensado parcialmente por (iii) redução nos diferimentos de sobrecontratação, CDE, rede básica e neutralidade (R\$ 312.432).

➤ Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2021, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, apresentou queda de 1,1% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Essa queda foi mais acentuada nas classes comercial e industrial.

O consumo da classe residencial representa 55,8% do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou queda de 0,1% no 3º trimestre de 2021, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete principalmente o relaxamento das medidas restritivas para combate à pandemia da covid-19, que permite maior circulação de pessoas e menor tempo de permanência nas residências.

A classe comercial, que representa 20,0% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 2,3% no 3º trimestre de 2021, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho se deve fundamentalmente às migrações de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 10,8% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 4,6% no 3º trimestre de 2021, em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim como a classe comercial, a queda do consumo da classe industrial também foi impactada pelas migrações de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público, concessionárias e permissionárias) participam com 13,3% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 0,4% no 3º trimestre de 2021 devido principalmente a resultados negativos nas classes rural (queda de 5,4%) e serviço público (queda de 3,4%) causadas fundamentalmente pela movimentação de clientes para o mercado livre.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 6,7% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de 0,1% no residencial, 10,7% no comercial, 9,6% no industrial e 7,1% nas demais classes de consumo.

Comentário do Desempenho

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2021 foram de R\$ 735.894, apresentando um aumento de 23,4% (R\$ 139.438) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente em: (i) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 114.105) principalmente em função do aumento na base de cálculo, (ii) bandeiras tarifárias (R\$ 40.337), (iii) Programa de P&D e eficiência energética (R\$ 4.938), compensado por (iv) CDE (R\$ 20.071) principalmente em função da redução da cota CDE em 2021.

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2021 o custo com energia elétrica foi de R\$ 1.215.735, apresentando um aumento de 60,0% (R\$ 455.882), em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação é explicada:

- i. **Energia comprada para revenda:** aumento de 72,9% (R\$ 442.379) basicamente em função: (i) aumento de 106,0% (R\$ 706.985) no preço médio, justificado principalmente pelo aumento na compra de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais, compensado por redução na compra de energia da CCEE disponibilidade, compensado por (ii) redução de 15,9% (R\$ 218.607) no volume de energia comprada e (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 44.202).
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** aumento de 8,8% (R\$ 13.503) impactado principalmente por: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 45.844) principalmente pelo acionamento de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito de preço principalmente pelas titulações Segurança Energética e *Unit Commitment*, associadas à importação de energia elétrica proveniente da Argentina e Uruguai – tais movimentos têm a finalidade de garantir o suprimento eletroenergético do Brasil, em contraponto à escassez hídrica, compensado por (ii) EER (R\$ 12.847), (iii) encargos de rede básica (R\$ 12.796) em função da redução do reajuste tarifário das Transmissoras e (iv) encargos de transporte de Itaipu (R\$ 6.895).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 256.900 no 3º trimestre de 2021, apresentando um aumento de 29,4% (R\$ 58.413) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 168.468, apresentando um aumento de 25,6% (R\$ 34.347).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 137.662 no 3º trimestre de 2021, um aumento de 31,1% (R\$ 32.671) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 10,4% (R\$ 3.956) principalmente em benefícios e efeitos do acordo coletivo;
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 55,9% (R\$ 4.480) principalmente pelos registros dos ajustes em função de laudo atuarial;
- iii. **Serviços de terceiros:** aumento de 14,4% (R\$ 4.784) principalmente: (i) reaviso, corte e religação (R\$ 1.204), (ii) leitura de medidores e uso (R\$ 1.107), (iii) poda de árvores

Comentário do Desempenho

(R\$ 662), (iv) call center (R\$ 409), (v) limpeza de faixa de servidão (R\$ 401) e (vi) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 382);

- iv. **Outros:** aumento de 88,8% (R\$ 17.847) principalmente (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 13.481), (ii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 2.595) e (iii) Perda/Ganho na alienação, desativação e outros de ativo não circulante (R\$ 1.310).

Amortização:

A amortização no 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 30.808, apresentando um aumento de 5,7% (R\$ 1.674) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior principalmente pelas adições na base de ativos ocorridas no período.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 3º trimestre de 2021 apresentou uma despesa líquida de R\$ 14.883, um aumento de 530,1% (R\$ 12.521) em relação a despesa líquida apresentada no mesmo trimestre do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** aumento de 105,4% (R\$ 20.060) principalmente em (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 8.798), (ii) atualização de créditos fiscais (R\$ 4.859), (iii) atualização de ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 2.608) e (iv) deságio na aquisição de crédito de ICMS (R\$ 1.804);
- **Despesas financeiras:** aumento de 152,3% (R\$ 32.581) basicamente em encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 32.053).

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurada no 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 47.947, apresentando aumento de 0,7% (R\$ 335) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a variação da base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 3º trimestre de 2021 um lucro líquido de R\$ 103.194, com aumento de 21,0% (R\$ 17.883), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 196.833, apresentando aumento de 19,7% (R\$ 32.414) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	787.986	438.679
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	826.385	901.924
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.875	304
Outros tributos a compensar	7	34.071	23.451
Derivativos	30	-	156.491
Ativo financeiro setorial	8	606.732	-
Estoques		4.593	3.555
Outros ativos	11	138.515	105.565
Total do circulante		2.400.158	1.629.969
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	25.420	26.464
Depósitos judiciais	20	211.432	198.269
Outros tributos a compensar	7	27.498	24.790
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	1.860.569	-
Ativo financeiro setorial	8	-	108.908
Derivativos	30	187.585	199.980
Créditos fiscais diferidos	9	40.717	19.459
Ativo financeiro da concessão	10	1.806.654	1.602.976
Outros ativos	11	2.417	986
Ativo contratual	12	227.111	159.983
Intangível	13	738.068	768.856
Total do não circulante		5.127.472	3.110.671
Total do ativo		7.527.630	4.740.640

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	14	816.080	688.754
Empréstimos e financiamentos	15	35.433	482.829
Debêntures	16	133.863	170.604
Entidade de previdência privada	17	85.968	41.919
Taxas regulamentares	18	65.116	16.028
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	3.328	9.118
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	193.936	174.361
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	252.116	348.377
Obrigações estimadas com pessoal		26.426	17.442
Passivo financeiro setorial	8	-	41.514
Outras contas a pagar	21	179.777	215.688
Total do circulante		1.792.043	2.206.635
Não circulante			
Fornecedores	14	1.379	2.748
Empréstimos e financiamentos	15	1.701.043	859.882
Debêntures	16	761.795	635.516
Entidade de previdência privada	17	448.988	522.184
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	165.578	161.959
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	46.349	48.695
Mútuo com controladora	28	102.116	100.006
Derivativos	30	35.406	-
Passivo financeiro setorial	8	65.746	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	1.860.569	-
Outras contas a pagar	21	15.234	14.823
Total do não circulante		5.204.203	2.345.812
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		258.497	253.909
Reserva de capital		37.552	42.140
Reserva legal		34.032	34.032
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		270.667	270.667
Resultado abrangente acumulado		(420.435)	(412.556)
Lucros acumulados		351.071	-
Total do patrimônio líquido		531.384	188.193
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.527.630	4.740.640

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ

Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2021		2020	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	24	1.638.661	4.290.536	1.093.627	3.153.785
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	25	(1.215.735)	(3.049.257)	(759.853)	(2.193.551)
Custo com operação		(88.555)	(258.806)	(75.292)	(225.514)
Amortização		(26.461)	(77.913)	(25.035)	(74.358)
Outros custos com operação	26	(62.094)	(180.893)	(50.257)	(151.156)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(88.573)	(209.148)	(64.471)	(172.219)
Lucro operacional bruto		245.797	773.325	194.011	562.501
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(42.069)	(113.673)	(26.830)	(96.209)
Amortização		(266)	(708)	(248)	(547)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(19.884)	(48.083)	(6.403)	(35.140)
Outras despesas com vendas	26	(21.920)	(64.882)	(20.179)	(60.522)
Despesas gerais e administrativas		(34.019)	(93.712)	(30.224)	(90.495)
Amortização		(4.081)	(11.936)	(3.851)	(12.306)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(29.938)	(81.777)	(26.373)	(78.189)
Outras despesas operacionais	26	(3.684)	(11.255)	(1.670)	(8.944)
Resultado do serviço		166.025	554.685	135.285	366.853
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		39.086	104.981	19.026	110.406
Despesas financeiras		(53.969)	(95.732)	(21.388)	(66.148)
		(14.883)	9.249	(2.362)	44.258
Lucro antes dos tributos		151.142	563.934	132.923	411.111
Contribuição social	9	(13.470)	(53.174)	(12.980)	(39.582)
Imposto de renda	9	(34.477)	(141.286)	(34.632)	(107.673)
		(47.947)	(194.460)	(47.612)	(147.255)
Lucro líquido do período		103.194	369.474	85.311	263.856
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	23	1,94	6,96	1,61	4,97

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de Setembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	103.194	369.474	85.311	263.856
Outros resultados abrangentes	(1.139)	(7.880)	(7.001)	90.565
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	84.126
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(1.139)	(7.880)	(7.001)	6.438
Resultado abrangente do período	102.055	361.595	78.310	354.421

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2021
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
				Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	253.909	42.140	34.032	270.667		(412.556)	-	188.193
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	369.474	369.474
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(7.880)	-	(7.880)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas								
Juros sobre o capital próprio - AGE de 26/08/2021	-	-	-	-	-	-	(18.403)	(18.403)
Saldos em 30 de setembro de 2021	258.497	37.552	34.032	270.667		(420.435)	351.071	531.384

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2020
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
				Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	249.321	46.729	28.067	356.496	196.057	(312.646)	-	564.024
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	263.856	263.856
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	84.126	-	84.126
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	6.438	-	6.438
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas								
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(196.057)	-	-	(196.057)
Saldos em 30 de setembro de 2020	253.909	42.141	28.067	356.496	-	(222.081)	263.856	722.388

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Lucro antes dos tributos	563.934	411.111
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	90.557	87.211
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.745	9.201
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	48.083	35.140
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(44.433)	(17.123)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	37.486	25.723
Perda (ganho) na baixa de não circulante	10.228	7.832
	<u>716.600</u>	<u>559.095</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	28.756	38.589
Tributos a compensar	(14.899)	(9.070)
Depósitos judiciais	(10.319)	1.181
Ativo financeiro setorial	(478.284)	(4.990)
Contas a receber - CDE	(9.797)	17.235
Outros ativos operacionais	(44.586)	(32.268)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	125.957	(57.369)
Outros tributos e contribuições sociais	16.246	38.542
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(66.633)	(27.962)
Taxas regulamentares	49.088	(35.811)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(14.854)	(19.745)
Passivo financeiro setorial	14.219	(4.870)
Contas a pagar - CDE	(12.077)	14.318
Outros passivos operacionais	7.645	21.403
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	<u>307.062</u>	<u>498.278</u>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(55.001)	(57.973)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(215.763)	(31.662)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>36.298</u>	<u>408.643</u>
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	100.898
Adições de ativo contratual	(224.202)	(164.323)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	<u>(224.202)</u>	<u>(63.425)</u>
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.125.156	544.618
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(660.799)	(409.186)
Liquidação de operações com derivativos	184.758	88.220
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(111.904)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	<u>537.211</u>	<u>223.652</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>349.307</u>	<u>568.870</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>438.679</u>	<u>237.019</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>787.986</u></u>	<u><u>805.889</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020**
(Em milhares de Reais)

	9 meses de 2021	9 meses de 2020
1 - Receita	6.390.051	4.895.070
1.1 Receita de venda de energia e serviços	6.229.483	4.758.366
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	208.651	171.844
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(48.083)	(35.140)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.799.229)	(2.795.735)
2.1 Custo com energia elétrica	(3.393.041)	(2.452.791)
2.2 Material	(139.345)	(115.785)
2.3 Serviços de terceiros	(183.507)	(156.426)
2.4 Outros	(83.336)	(70.734)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	2.590.822	2.099.335
4 - Retenções	(90.869)	(87.548)
4.1 Amortização	(90.869)	(87.548)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	2.499.953	2.011.787
6 - Valor adicionado recebido em transferência	110.600	114.196
6.1 Receitas financeiras	110.600	114.196
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.610.553	2.125.983
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	153.724	132.155
8.1.1 Remuneração direta	67.433	62.900
8.1.2 Benefícios	80.211	63.412
8.1.3 F.G.T.S	6.080	5.843
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.986.185	1.659.622
8.2.1 Federais	1.045.015	905.250
8.2.2 Estaduais	939.050	752.173
8.2.3 Municipais	2.120	2.199
8.3 Remuneração de capital de terceiros	101.170	70.350
8.3.1 Juros	98.060	67.487
8.3.2 Aluguéis	3.111	2.863
8.4 Remuneração de capital próprio	369.474	263.856
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	18.403	-
8.4.2 Lucros retidos	351.071	263.856
	2.610.553	2.125.983

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,9 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID -19 possa provocar.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas tendo em vista o cenário da pandemia, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;

Notas Explicativas

- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, o qual foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, conforme REN nº 936 da ANEEL. Além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a Conta COVID e como afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa 1.3 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que não houve efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes informações contábeis intermediárias. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021.

Notas Explicativas

Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação para o ano de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 9 de novembro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada; e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 7 – Tributos a compensar: critérios e premissas sobre a exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 30);

Notas Explicativas

- Nota 11 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 12 – Ativo contratual: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 13 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 16 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 – Sumário das principais políticas contábeis, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(4)DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Intangível e ativo contratual:

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado

Notas Explicativas

ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador, ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	15.567	41.121
Aplicações financeiras	<u>772.419</u>	<u>397.558</u>
Títulos de crédito privado (*)	772.419	397.557
Fundos de investimentos	-	1
Total	<u>787.986</u>	<u>438.679</u>

(*) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 687.263 (R\$ 304.439 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante R\$ 85.156 (R\$ 93.118 em 31 de dezembro de 2020), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 100,49% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (99,78% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2021	31/12/2020
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	184.218	115.760	21.245	321.224	293.452
Industrial	22.628	12.788	22.007	57.423	46.847
Comercial	32.352	13.204	6.132	51.688	47.260
Rural	2.013	1.775	304	4.092	3.221
Poder público	9.305	498	129	9.931	7.746
Iluminação pública	14.526	64	237	14.827	12.851
Serviço público	11.354	453	2.859	14.667	11.933
Faturado	276.397	144.542	52.913	473.852	423.309
Não faturado	264.648	-	-	264.648	277.142
Parcelamento de débito de consumidores	36.317	9.793	10.035	56.146	60.769
Operações realizadas na CCEE	111.540	-	-	111.540	218.008
Concessionárias e permissionárias	16.886	-	-	16.886	2.371
	705.788	154.336	62.948	923.072	981.599
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(96.686)	(79.675)
Total				826.385	901.924
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	17.212	-	-	17.212	18.256
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
Total	25.420	-	-	25.420	26.464

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30.f.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2020	(79.675)	(2.684)	(82.359)
Provisão revertida (constituída) liquida	(83.969)	(256)	(84.226)
Recuperação de receita	36.142	-	36.142
Baixa de contas a receber provisionadas	30.816	-	30.816
Saldo em 30/09/2021	(96.686)	(2.940)	(99.627)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.875	304
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.875	304
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.124	1.646
ICMS a compensar	19.302	17.431
Programa de integração social - PIS	2.607	804
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	8.991	3.519
Outros	48	50
Outros tributos a compensar	34.071	23.451
Total circulante	35.946	23.755
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	27.498	24.790
Outros tributos a compensar	27.498	24.790
Total não circulante	27.498	24.790

7.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	<u>30/09/2021</u>
<u>Não circulante</u>	
PIS sobre ICMS	331.885
COFINS sobre ICMS	1.528.684
Total não circulante	1.860.569
Passivo	<u>30/09/2021</u>
<u>Não circulante</u>	
PIS/COFINS devolução consumidores	1.860.569

Tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, embora a ação da Companhia ainda não tenha decisão final transitado em julgado, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 1.816.859.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública nº 05/2021, em andamento. Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento pela ANEEL.

Em outubro de 2021 a Companhia obteve o trânsito em julgado, o que não gerou impacto adicional de contabilização, vide nota 32.2.

Notas Explicativas

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 30/09/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	249.194	(60.630)	188.564	405.232	45.574	11.123	663.740	(13.247)	650.493
CVA (*)									
CDE (**)	6.438	21.195	27.633	(772)	(25.041)	853	6.256	(3.583)	2.673
Custos energia elétrica	48.817	(174.466)	(125.649)	106.586	161.582	(1.805)	153.935	(13.222)	140.714
ESS e EER (***)	37.093	(17.157)	19.935	87.471	17.565	1.307	126.749	(469)	126.280
Proinfa	-	(11.911)	(11.911)	12.262	12.252	124	12.531	195	12.727
Rede básica	41.238	16.385	57.623	10.704	(16.712)	1.762	53.409	(33)	53.377
Repasse de Itaipu	158.089	65.145	223.234	305.713	(66.936)	9.575	470.832	754	471.586
Transporte de Itaipu	4.666	2.402	7.068	(1.614)	(2.345)	233	3.221	121	3.342
Neutralidade dos encargos setoriais	(24.573)	13.873	(10.700)	(35.376)	(12.776)	(843)	(60.792)	1.098	(59.695)
Sobrecontratação	(22.574)	23.905	1.331	(79.743)	(22.014)	(83)	(102.401)	1.891	(100.510)
Outros componentes financeiros	(30.389)	(90.781)	(121.170)	(9.890)	23.150	(1.596)	(41.875)	(67.632)	(109.506)
Total	218.805	(151.412)	67.394	395.342	68.724	9.527	621.866	(80.879)	540.986
Ativo circulante			-						606.732
Ativo não circulante			108.908						-
Passivo circulante			(41.514)						-
Passivo não circulante			-						(65.746)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS****9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	7.333	8.110
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>2.244</u>	<u>(4.294)</u>
Subtotal	9.577	3.816
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	25.167	27.832
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>5.972</u>	<u>(12.188)</u>
Subtotal	31.139	15.643
Total	<u>40.717</u>	<u>19.459</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes do benefício fiscal do intangível incorporado e das diferenças temporariamente indedutíveis, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses de 2021 e 2020, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

Notas Explicativas**9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:**

	30/09/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.224	11.733	4.433	12.313
Entidade de previdência privada	8.748	24.299	6.074	16.872
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.966	24.907	7.412	20.590
Provisão energia livre	2.226	6.182	2.171	6.030
Programas de P&D e eficiência energética	6.019	16.719	5.344	14.845
Provisão relacionada a pessoal	733	2.035	1.085	3.013
Marcação a mercado - Derivativos	3.760	10.444	(2.253)	(6.260)
Marcação a Mercado - Dívidas	(6.352)	(17.646)	360	1.000
Derivativos	(17.631)	(48.975)	(29.908)	(83.078)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(777)	(2.158)	(859)	(2.386)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(53.851)	(149.585)	(43.610)	(121.138)
Perdas atuariais	3.541	9.835	3.541	9.835
Outros	75	(51)	428	927
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	43.283	120.231	43.283	120.231
Marcação a mercado - Derivativos	175	486	79	220
Marcação a Mercado - Dívidas	(894)	(2.484)	(1.872)	(5.202)
Total	2.244	5.972	(4.294)	(12.188)

9.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	CSLL			
	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	151.142	563.934	132.923	411.111
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(801)	(1.104)	-	(464)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	7.530	24.834	6.243	18.200
Despesa Juros sobre o capital próprio	(18.403)	(18.403)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	927	2.834	335	1.780
Base de cálculo	140.394	572.094	139.501	430.627
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(12.635)	(51.488)	(12.555)	(38.756)
Provisão para riscos fiscais	(835)	(1.685)	(425)	(826)
Total	(13.470)	(53.174)	(12.980)	(39.582)
Corrente	(6.675)	(57.860)	(5.015)	(5.430)
Diferido	(6.796)	4.687	(7.965)	(34.152)
	IRPJ			
	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	151.142	563.934	132.923	411.111
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(801)	(1.104)	-	(464)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	7.530	24.834	6.243	18.200
Despesa Juros sobre o capital próprio	(18.403)	(18.403)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(1.560)	(4.115)	(639)	1.845
Base de cálculo	137.907	565.145	138.527	430.692
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(34.477)	(141.286)	(34.632)	(107.673)
Corrente	(15.431)	(153.798)	(12.228)	(12.299)
Diferido	(19.046)	12.511	(22.404)	(95.374)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

Saldo em 31/12/2020	1.602.976
Transferência - ativo contratual	93.278
Transferência - intangível em serviço	(85)
Ajuste ao valor justo	115.879
Baixas	(5.394)
Saldo em 30/09/2021	1.806.654

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

No período de nove meses de 2021, o valor das baixas de R\$ 5.394 (R\$ 3.065 no período de nove meses de 2020) refere-se à (i) baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 2.090 (R\$ 1.335 no período de nove meses de 2020) e (ii) baixa do ativo de R\$ 3.304 (R\$ 1.730 no período de nove meses de 2020).

(11) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Adiantamentos - Plano de previdência privada	1.171	1.071	678	678
Adiantamentos - fornecedores	6.290	1.621	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	54	-	-
Ordens em curso	57.545	47.648	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.369	1.321	-	-
Despesas antecipadas	13.353	13.579	1.739	308
Contas a receber - CDE	24.224	14.427	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.218	2.951	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	13.544	9.582	-	-
Faturas diversas	(67)	3.513	-	-
Outros	17.808	12.480	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.940)	(2.684)	-	-
Total	138.515	105.565	2.417	986

Contas a receber – CDE: refere-se às (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 3.266 (R\$ 3.143 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 20.958 (R\$ 11.284 em 31 de dezembro de 2020), nota 24.3.

(12) ATIVO CONTRATUAL

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2020	159.983
Adições	227.236
Transferência - Intangível em serviço	(66.831)
Transferência - Ativo financeiro	(93.278)
Saldo em 30/09/2021	227.111

Notas Explicativas

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(13) INTANGÍVEL

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço e outros ativos intangíveis:

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2020	768.039	817	768.856
Custo histórico	2.246.405	2.109	2.248.514
Amortização acumulada	(1.478.366)	(1.292)	(1.479.658)
Amortização	(90.419)	(450)	(90.869)
Transferência - ativo contratual	66.367	464	66.831
Transferência - ativo financeiro	85	-	85
Baixa e transferência - outros ativos	(6.834)	-	(6.834)
Saldo em 30/09/2021	737.237	831	738.068
Custo histórico	2.253.415	2.573	2.255.988
Amortização acumulada	(1.516.178)	(1.742)	(1.517.919)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(14) FORNECEDORES**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	41.330	48.947
Suprimento de energia elétrica	596.561	459.686
Encargos de uso da rede elétrica	48.261	60.102
Materiais e serviços	83.802	75.029
Energia livre	46.125	44.990
Total	<u>816.080</u>	<u>688.754</u>
<u>Não circulante</u>		
Materiais e serviços	1.379	2.748
Total	<u>1.379</u>	<u>2.748</u>

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2021
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	354.582	212.520	(23.194)	38.292	-	(12.024)	570.176
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado							
Marcação a mercado	-	447.000	-	13.327	-	(10.700)	449.626
Marcação a mercado	-	-	-	(31.113)	-	-	(31.113)
Total moeda nacional	354.582	659.520	(23.194)	20.506	-	(22.725)	988.689
Gastos com captação (*)	(6.521)	-	-	650	-	-	(5.871)
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	303.337	200.000	(323.615)	2.963	28.406	(4.607)	206.485
Euro	725.726	-	(151.575)	3.473	(7.768)	(3.603)	566.253
Marcação a mercado	(34.414)	-	-	15.334	-	-	(19.080)
Total moeda estrangeira	994.650	200.000	(475.190)	21.770	20.638	(8.210)	753.658
Total	<u>1.342.711</u>	<u>859.520</u>	<u>(498.384)</u>	<u>42.926</u>	<u>20.638</u>	<u>(30.935)</u>	<u>1.736.476</u>
Circulante	482.829						35.433
Não circulante	859.882						1.701.043

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/09/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80% (a)	570.176	354.582	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		<u>570.176</u>	<u>354.582</u>		
Mensuradas ao valor justo					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Pré fixado de 6,1574% (b)	449.626	-	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado					
		(31.113)	-		
Total moeda nacional					
		<u>988.689</u>	<u>354.582</u>		
Gastos com captação (*)					
		(5.871)	(6.521)		
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 1,41%	-	69.374	2019 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,27%	-	233.963	2020 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,94% a 3,27%	206.485	-	2020 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<u>206.485</u>	<u>303.337</u>		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,70% a 0,78%	566.253	725.726	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<u>566.253</u>	<u>725.726</u>		
Marcação a mercado					
		(19.080)	(34.414)		
Total moeda estrangeira					
		<u>753.658</u>	<u>994.650</u>		
Total					
		<u>1.736.476</u>	<u>1.342.711</u>		

(*) Conforme (CPC 48) referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 60% a 110% do CDI

(b) 6,1574% a.a.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 30 de setembro de 2021, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 50.193 (R\$ 34.414 em 31 de dezembro de 2020), que compensados com as perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 32.240 (R\$ 10.522 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial e monetária (nota 30.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 17.953 (R\$ 23.892 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

A partir de 01/10/2022	6.909
2023	41.592
2024	499.082
2025	618.236
2026	258.455
2027 a 2028	326.961
Subtotal	1.751.236
Marcação a mercado	(50.193)
Total	1.701.043

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados em 2021	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda Nacional								
Mensuradas ao custo								
Empréstimos bancários (IPCA - BNDES)	126.086	63.125	Trimestral até 07/2023	Mensal após julho de 2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	Não se aplica
Empréstimos bancários (IPCA - BNDES)	298.402	149.395	Trimestral	Parcela única em junho de 2028	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	Não se aplica
Mensuradas ao valor justo								
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	340.000	340.000	Semestral	Parcela única em março de 2024	Capital de Giro	BRL + 6,1574%	BRL + 6,1574%	CDI + 0,69%
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	107.000	107.000	Semestral	Parcela única em junho de 2024	Capital de Giro	BRL + 7,3780%	BRL + 7,3780%	CDI + 0,88%
Moeda Estrangeira								
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	200.000	200.000	Trimestral	Parcela única em setembro de 2026	Capital de Giro	USD + 1,9400%	USD + 1,9400%	CDI + 1,15%
	<u>1.071.488</u>	<u>859.520</u>						

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2021, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- Dívida líquida dividida pela dívida líquida + patrimônio líquido menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia S.A. para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada

Notas Explicativas

pelos Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2021
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	503.127	-	(162.415)	9.522	(7.791)	342.444
IPCA	70.202	-	-	7.727	(3.683)	74.246
Total ao custo	573.329	-	(162.415)	17.250	(11.474)	416.689
Gastos com captação (*)	(4.421)	(8.364)	-	1.334	-	(11.451)
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	219.610	274.000	-	39.729	(12.593)	520.746
Marcação a mercado	17.602	-	-	(47.929)	-	(30.326)
Total ao valor justo	237.212	274.000	-	(8.200)	(12.593)	490.420
Total	806.120	265.636	(162.415)	10.384	(24.066)	895.659
Circulante	170.604					133.863
Não circulante	635.516					761.795

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/09/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	107% a 109,5 % do CDI	(a)	342.444	503.127	2018 a 2021	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,29%	(b)	74.246	70.202	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo			416.689	573.329		
Gastos com captação (*)			(11.451)	(4.421)		
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	231.986	219.610	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 4,30%	(c)	288.760	-	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			(30.326)	17.602		
Total mensuradas ao valor justo			490.420	237.212		
Total			895.659	806.120		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 107,84% a 110,77% do CDI / CDI + 0,89%

(b) IPCA + 5,42 a 6,31%

(c) CDI + 1,48%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 30 de setembro de 2021 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 30.326 (perda acumulada não realizada de R\$ 17.602 em 31 de dezembro de 2020), que deduzidos das perdas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 11.481 (ganho acumulado não realizado de R\$ 34.680 em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2020), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 18.845 (R\$ 17.078 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2023	140.535
2024	257.932
2025	113.838
2026 a 2031	279.816
Subtotal	792.122
Marcação a mercado	(30.326)
Total	761.795

Adições no período:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		em 2021	Líquido dos gastos de captação						
Moeda nacional - IPCA									
12ª Emissão	274.000	274.000	265.636	Semestral	03 Parcelas anuais a partir de maio de 2029	(a)	IPCA + 4,3% a.a.	CDI + 8,20% a.a.	CDI + 0,43% a.a.

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Para as debêntures emitidas em 2021, algumas cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

17.1 Movimentações do plano de benefício definido:

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	563.509
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	37.486
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(66.713)
Passivo atuarial líquido em 30/09/2021	534.282
Outras contribuições	674
Total passivo	534.956
Circulante	85.968
Não circulante	448.988

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	9 meses de 2021	9 meses de 2020
Custo do serviço	6.993	5.804
Juros sobre obrigações atuariais	114.919	97.901
Rendimento esperado dos ativos do plano	(84.426)	(77.982)
Total da despesa (receita)	37.486	25.723

17.2 Premissas atuariais:

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	30/09/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,14% a.a.	6,14% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(18) TAXAS REGULAMENTARES**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	425	425
Bandeiras tarifárias e outros	64.690	15.603
Total	<u>65.116</u>	<u>16.028</u>

Bandeiras tarifárias e outros – o saldo em 30 de setembro de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha-escassez hídrica) faturada em setembro de 2021 e não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”). E o saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha-patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada durante o primeiro trimestre de 2021.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.017	7.191
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.311	1.927
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>3.328</u>	<u>9.118</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	128.563	133.595
Programa de integração social - PIS	10.557	5.305
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	48.928	24.547
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	4.975
Outros	5.888	5.939
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>193.936</u>	<u>174.361</u>
Total Circulante	<u>197.264</u>	<u>183.479</u>
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	160.137	158.239
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.441	3.720
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>165.578</u>	<u>161.959</u>
Total Não circulante	<u>165.578</u>	<u>161.959</u>

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso em questão refere-se a Mandado de Segurança que discutia a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.

Notas Explicativas**(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30/09/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	29.855	8.505	30.870	8.663
Cíveis	15.081	10.850	16.548	11.322
Fiscais	468	192.077	230	178.284
Imposto de renda	-	172.467	-	170.411
Outros	468	19.609	230	7.873
Outros	945	-	1.046	-
Total	46.349	211.432	48.695	198.269

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2021
Trabalhistas	30.870	4.487	(2.395)	(5.235)	2.128	29.855
Cíveis	16.548	10.074	(3.872)	(9.618)	1.949	15.081
Fiscais	230	289	(58)	-	6	468
Outros	1.046	-	(124)	-	23	945
Total	48.695	14.851	(6.449)	(14.854)	4.106	46.349

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estavam assim representadas:

	30/09/2021	31/12/2020	Principais causas:
Trabalhistas	55.343	65.598	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	302.734	297.863	Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias
Fiscais	331.736	327.353	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - Outros	293.139	267.754	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	3.123	3.178	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	986.074	961.747	

Em relação às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há

Notas Explicativas

decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	20.361	26.528	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	71.972	60.989	-	911
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	37.940	39.312	4.666	487
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	11.221	6.494	-	-
Fundo de reversão	1.486	1.527	6.734	7.879
Adiantamentos	2.812	30.582	1.899	2.376
Descontos tarifários - CDE	-	12.077	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	496	496	-	-
Folha de pagamento	1.961	2.413	-	-
Participação nos lucros	10.081	14.064	1.935	3.170
Convênios de arrecadação	17.853	17.402	-	-
Outros	3.594	3.803	-	-
Total	179.777	215.688	15.234	14.823

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE serão realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento foi realizado no mês de abril de 2021.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

22.1 - Aumento de Capital

Na AGE de 29 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020

Notas Explicativas

sem emissão de novas ações.

22.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO de 29 de abril de 2021 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2020, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 33.166 declarado em novembro de 2020, e (ii) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 63.690.

Na AGE de 26 de agosto de 2021 foi aprovada a declaração de JCP, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2021, no montante de R\$ 18.403.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 111.904 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos na nota 23 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

(23) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico para os trimestres e os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	103.194	369.474	85.311	263.856
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770	53.096.770	53.096.770
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	1,94	6,96	1,61	4,97

Para os trimestres e os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	833.374	2.468.828	657.940	1.991.905
Industrial	140.768	400.594	115.030	337.339
Comercial	278.691	854.983	222.575	719.035
Rural	15.770	45.031	12.131	36.287
Poderes públicos	30.633	90.850	22.427	76.194
Iluminação pública	41.268	105.596	28.394	84.060
Serviço público	36.572	103.261	28.624	84.028
Fornecimento faturado	1.377.076	4.069.144	1.087.120	3.328.848
Fornecimento não faturado (líquido)	(12.511)	(15.917)	5.383	21.249
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(567.939)	(1.817.530)	(499.368)	(1.522.829)
Fornecimento de energia elétrica	796.626	2.235.697	593.135	1.827.268
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	13.511	42.297	12.387	37.106
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(4.064)	(13.164)	(3.617)	(10.784)
Energia elétrica de curto prazo	194.307	454.016	68.898	253.330
Suprimento de energia elétrica	203.754	483.149	77.668	279.652
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	572.003	1.830.694	502.985	1.533.613
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	301.328	893.998	232.025	671.491
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(1.961)	(9.373)	(926)	(4.089)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	88.432	208.651	64.366	171.844
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	298.696	464.066	153.645	258.924
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	40.798	113.789	12.600	25.351
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	47.663	142.928	35.426	107.531
Outras receitas e rendas	27.216	74.535	19.159	58.625
Outras receitas operacionais	1.374.175	3.719.288	1.019.280	2.823.290
Total da receita operacional bruta	2.374.555	6.438.135	1.690.083	4.930.210
Deduções da receita operacional				
ICMS	(314.251)	(938.588)	(247.563)	(751.771)
PIS	(34.528)	(96.627)	(26.070)	(76.839)
COFINS	(159.038)	(445.479)	(120.079)	(353.928)
ISS	(16)	(45)	(26)	(76)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(157.924)	(533.214)	(177.995)	(551.889)
Programa de P & D e eficiência energética	(15.114)	(39.775)	(10.176)	(29.607)
PROINFA	(13.313)	(39.408)	(13.352)	(39.233)
Bandeiras tarifárias e outros	(40.435)	(50.635)	(98)	30.206
Outros	(1.276)	(3.828)	(1.096)	(3.288)
	(735.894)	(2.147.598)	(596.456)	(1.776.425)
Receita operacional líquida	1.638.661	4.290.536	1.093.627	3.153.785

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh				
Classe de consumidores				
Residencial	1.006	3.192	1.007	3.046
Industrial	195	596	204	592
Comercial	361	1.208	369	1.193
Rural	27	84	29	85
Poderes públicos	41	133	39	132
Iluminação pública	80	236	81	240
Serviço público	55	169	57	168
Fornecimento faturado	1.765	5.618	1.786	5.455
Consumo próprio	2	4	2	4
Fornecimento de energia elétrica	1.767	5.622	1.787	5.460
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	35	107	34	102
Energia elétrica de curto prazo	340	1.660	762	2.279
Suprimento de energia elétrica	375	1.767	796	2.381

	Nº de Consumidores	
	30/09/2021	30/09/2020
Receita de operações com energia elétrica		
Classe de consumidores		
Residencial	1.749.986	1.706.432
Industrial	6.327	6.230
Comercial	82.540	82.464
Rural	7.116	7.251
Poderes públicos	8.333	8.259
Iluminação pública	2.412	2.364
Serviço público	1.300	1.279
Fornecimento faturado	1.858.014	1.814.279
Consumo próprio	153	152
Fornecimento de energia elétrica	1.858.167	1.814.431

Notas Explicativas

24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

24.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 20 de outubro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.792, relativo ao resultado da RTA de 2020, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2020, em +18,31%, sendo +15,76% referentes ao reajuste tarifário econômico e +2,55% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos consumidores é de +9,82%. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2020 a 22 de outubro de 2021.

Em 23 de outubro de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.627, relativo ao 5º ciclo de RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2019, em +1,88%, sendo -5,40% referentes ao reajuste tarifário econômico e +7,28% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -7,80% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2018. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2019 a 22 de outubro de 2020.

24.3 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

No período de nove meses findo em 30 de setembro 2021, foi registrada receita de R\$ 142.928 (R\$ 107.531 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020), sendo (i) R\$ 14.054 (R\$ 18.073 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 103.328 (R\$ 81.815 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) referentes a outros descontos tarifários, e (iii) R\$ 25.546 (R\$ 7.643 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) de subvenção da CCRBT.

24.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.814, de 01 de dezembro de 2020 e REH nº 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

A REH nº 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

A REH nº 2.864, de 05 de maio de 2021, efetuou a homologação definitiva das quotas de 2021.

Notas Explicativas

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2021		2020	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	181.424	518.838	189.417	551.380
PROINFA	15.870	48.194	11.739	36.125
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	955.150	2.163.509	464.707	1.443.250
Crédito de PIS e COFINS	(103.003)	(243.098)	(58.801)	(180.971)
Subtotal	1.049.441	2.487.444	607.062	1.849.784
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	110.042	370.361	122.837	300.072
Encargos de transporte de itaipu	10.177	42.141	17.072	43.926
Encargos de conexão	7.086	21.258	6.962	20.889
Encargos de uso do sistema de distribuição	5.610	15.302	4.162	12.009
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	49.050	146.567	3.206	(32.989)
Encargos de energia de reserva - EER	1.280	23.447	14.126	34.898
Crédito de PIS e COFINS	(16.949)	(57.262)	(15.573)	(35.038)
Subtotal	166.294	561.813	152.791	343.767
Total	1.215.735	3.049.257	759.853	2.193.551

(*) Conta de energia de reserva

	2021		2020	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh				
Energia de Itaipu Binacional	499	1.475	519	1.539
PROINFA	48	131	49	138
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.918	6.841	2.363	7.213
Total	2.465	8.447	2.931	8.889

Notas Explicativas

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais							
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	26.859	24.827	-	-	5.993	5.275	9.011	7.805	-	-	41.863	37.907
Entidade de previdência privada	12.495	8.015	-	-	-	-	-	-	-	-	12.495	8.015
Material	6.528	5.225	45	41	76	186	713	307	-	-	7.363	5.759
Serviços de terceiros	16.119	12.108	92	65	12.234	11.002	9.544	10.030	-	-	37.989	33.205
Custos com construção da infraestrutura	-	-	88.432	64.366	-	-	-	-	-	-	88.432	64.366
Outros	93	82	4	(1)	3.617	3.717	10.670	8.233	3.684	1.670	18.068	13.702
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.550	3.662	-	-	-	-	3.550	3.662
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.097	924	-	-	1.097	924
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	512	445	-	-	512	445
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	7.908	5.313	-	-	7.908	5.313
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	107	95	-	-	107	95
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	3.344	1.309	3.344	1.309
Outros	93	82	4	(1)	67	55	1.045	1.456	339	362	1.549	1.954
Total	62.094	50.257	88.573	64.471	21.920	20.179	29.938	26.373	3.684	1.670	206.209	162.950

	9 meses											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais							
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	80.360	73.768	-	-	16.402	15.183	25.070	24.316	-	-	121.831	113.267
Entidade de previdência privada	37.486	25.723	-	-	-	-	-	-	-	-	37.486	25.723
Material	17.490	15.464	185	144	258	341	1.693	1.034	-	-	19.626	16.983
Serviços de terceiros	45.256	35.964	309	232	36.986	33.545	30.939	31.280	-	-	113.489	101.021
Custos com construção da infraestrutura	-	-	208.651	171.844	-	-	-	-	-	-	208.651	171.844
Outros	302	237	3	(2)	11.236	11.453	24.075	21.560	11.255	8.944	46.871	42.192
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	11.028	11.264	-	-	-	-	11.028	11.264
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	3.080	2.809	-	-	3.080	2.809
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.540	1.413	-	-	1.540	1.413
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	15.407	12.260	-	-	15.407	12.260
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	433	819	-	-	433	819
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	10.228	7.832	10.228	7.832
Outros	302	237	3	(2)	208	189	3.615	4.259	1.027	1.112	5.155	5.795
Total	180.893	151.156	209.148	172.219	64.882	60.522	81.777	78.189	11.255	8.944	547.955	471.030

Notas Explicativas

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	5.480	10.379	4.076	11.112
Acréscimos e multas moratórias	12.472	39.551	11.944	36.650
Atualização de créditos fiscais	6.541	11.119	1.682	3.266
Atualização de depósitos judiciais	1.360	2.843	539	2.395
Atualizações monetárias e cambiais	5.682	25.947	(3.116)	50.060
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	2.282	3.505	478	1.944
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	5.763	9.527	3.155	4.663
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.101)	(5.619)	(1.452)	(3.789)
Outros	1.605	7.729	1.721	4.105
Total	39.086	104.981	19.026	110.406
Despesas				
Encargos de dívidas	(27.816)	(64.198)	(17.044)	(54.274)
Atualizações monetárias e cambiais	(22.705)	(23.653)	(1.469)	(4.920)
(-) Juros capitalizados	1.037	2.721	617	1.739
Outros	(4.485)	(10.602)	(3.492)	(8.694)
Total	(53.969)	(95.732)	(21.388)	(66.148)
Resultado financeiro	(14.883)	9.249	(2.362)	44.258

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 18.471 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (ganhos de R\$ 382.612 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) (nota 30.b).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM n° 642/2010 e CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 3.756 (R\$ 4.309 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020). Este valor é composto por R\$ 3.651 (R\$ 4.158 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 105 (R\$ 151 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	30/09/2021	31/12/2020	9 Meses 2021	9 Meses 2020
Encargos - Rede básica				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	42.083	35.083
Intangível, materiais e prestação de serviço				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	199	134	2.392	-

Notas Explicativas

Transações envolvendo entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	9 Meses 2021	9 Meses 2020	9 Meses 2021	9 Meses 2020
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	43	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	1.576	1.283	1.140	1.045	-	-	(3.047)	(1.442)
Companhia Jaguarí de Energia	525	426	73	117	-	-	(3.324)	(2.967)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.650	1.540	96	107	-	-	(13.661)	(12.292)
CPFL Energia S.A.	52	67	-	-	-	-	(494)	(457)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(42)	(17)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	10	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	1	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	901	739
CPFL Renováveis - Consolidado	35	-	-	-	136	116	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	2	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A. (*)	-	-	102.116	100.006	-	-	2.678	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	252.116	348.377	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	1.614	-	-	-	-	-	-
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	1	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	563	476	8.768	9.034	-	-	15.185	15.820
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	755	898	-	-	8.572	6.052
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	315	335	-	-	2.906	2.666
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	8	-	-	82	47	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	72	70	-	-	1.145	4.034
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	206	181	-	-	1.751	1.579
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	172	166	-	-	1.613	1.385
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	249	149	-	-	2.060	1.416
FINERGY Sociedade de Crédito Direto S.A.	-	-	27	-	1	-	1	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	11	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	18	1.867	3.231	-	-	15.120	11.853
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	56.836
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	29	28
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	21.525	8.759	-	-	80.117	17.261
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	101	97	-	-	796	775
Campos Novos Energia S.A.	-	-	26.882	26.882	-	-	120.309	99.315
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	6.178	6.384	-	-	56.220	47.846
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	15.264	15.847	-	-	136.559	117.138
CPFL Renováveis - Consolidado	33	72	9.005	9.240	-	-	81.274	13.956
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	30	26
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	31	30
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	160	-	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	316	819

(*) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 102.116 (R\$ 100.006 em 31 de dezembro de 2020), refere-se ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até 30 de dezembro de 2022, e remunerado a 107% do CDI ao ano.

(**) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no período. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia, o montante de R\$ 35.408 (R\$ 31.394 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(29) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a

Notas Explicativas

respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/09/2021	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	787.986	787.986
Derivativos	30	(a)	Nível 2	187.585	187.585
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	1.806.654	1.806.654
Total				2.782.226	2.782.226
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	564.305	564.305
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	1.172.171	1.172.171
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	405.238	403.566
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	490.420	490.420
Derivativos	30	(a)	Nível 2	35.406	35.406
Total				2.667.541	2.665.868

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 63.707 nos 9 meses de 2021 (R\$ 53.012 nos 9 meses de 2020)

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) fundo de reversão, (vii) descontos tarifários – CDE, (viii) passivo financeiro setorial e (ix) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Notas Explicativas

- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional	
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾					Ganho (Perda) na marcação a mercado
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	142.470	-	142.470	145.749	(3.279)	Euro + 0,70%	CDI + 0,83%	mar/2025	419.760
Empréstimos bancários - Lei 4.131	3.113	-	3.113	6.068	(2.956)	USD + 1,94%	CDI + 1,15%	set/2026	200.000
	145.582	-	145.582	151.817	(6.235)				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	42.003	(10.196)	31.808	43.288	(11.481)	IPCA + 4,30% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/2024 a mai/2031	471.000
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(25.210)	(25.210)	794	(26.005)	6,16% a 7,38%	CDI + 0,69% a 0,88%	mar/2024 a jun/2024	447.000
	42.003	(35.406)	6.597	44.082	(37.485)				
Total	187.585	(35.406)	152.179	195.899	(43.720)				
Não circulante	187.585	35.406							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/09/2021
Para dívidas designadas a valor justo	332.314	48.344	(184.758)	195.899
Marcação a mercado (*)	24.158	(67.878)	-	(43.720)
Total	356.471	(19.534)	(184.758)	152.179
Ativo circulante	156.491			-
Ativo não circulante	199.980			187.585
Passivo não circulante				(35.406)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente no período de nove meses de 2021 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este

Notas Explicativas

último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	2021		2020		2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	16.127	35.381	4.075	7.488	-	-	-	-
Marcação a mercado	(42.878)	(70.443)	(3.535)	(1.201)	696	(1.723)	(1.335)	2.091
Varição cambial	37.402	12.963	74.635	383.123	-	-	-	-
Marcação a mercado	(8.523)	3.628	(1.918)	(6.798)	-	660	-	(8)
Total	2.129	(18.471)	73.256	382.612	(1.063)	(1.063)	(1.335)	2.083

c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 115.879 (R\$ 26.686 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10 e 24.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(199.647)		(8.269)	43.710	95.689
Derivativos - swap plain vanilla	213.479		8.842	(46.738)	(102.318)
	13.832	baixa dolar	573	(3.028)	(6.629)
Instrumentos financeiros passivos	(554.011)		(50.340)	100.747	251.835
Derivativos - swap plain vanilla	573.387		52.101	(104.271)	(260.643)
	19.376	baixa euro	1.761	(3.524)	(8.808)
Total	33.208		2.334	(6.552)	(15.437)
Efeitos no resultado do período			2.334	(6.552)	(15.437)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2021 foi de R\$ 5,44 para o dólar e R\$ 6,30 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,66 e R\$ 6,87 e a depreciação cambial de 4,14% e 9,09%, do dólar e do euro respectivamente em 30.09.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

Notas Explicativas

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	772.419				71.989	89.987	107.984
Instrumentos financeiros passivos	(342.444)				(31.916)	(39.895)	(47.874)
Derivativos - swap plain vanilla	(1.596.319)				(148.777)	(185.971)	(223.165)
	(1.166.343)	alta CDI	2,99%	9,32%	(108.704)	(135.879)	(163.055)
Instrumentos financeiros passivos	(1.134.842)				(75.240)	(56.430)	(37.620)
Derivativos - swap plain vanilla	529.998				35.139	26.354	17.569
Ativo financeiro da concessão	1.806.654				119.781	89.836	59.891
	1.201.810	baixa IPCA	10,25%	6,63%	79.680	59.760	39.840
Ativos e passivos financeiros setoriais	540.986				50.420	37.815	25.210
	540.987	baixa SELIC	2,99%	9,32%	50.420	37.815	25.210
Total	576.454				21.396	(38.304)	(98.005)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					478	268	57
Efeitos no resultado do período					20.918	(38.572)	(98.062)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é

Notas Explicativas

calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o período de nove meses de 2021 e exercício de 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- e B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 30.b). A Administração não identificou para o período de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No período de nove meses de 2021, a Companhia possuía um valor de R\$ 2.721 (R\$ 1.739 no período de nove meses de 2020) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27).

Ainda no período de nove meses de 2021, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 4.588 (R\$ 4.588 mesmo período de 2020), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020.

(32) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1 Dividendo:

Na AGE de 07 de outubro de 2021 foi aprovada a destinação de dividendo intermediário no montante de R\$ 200.000, utilizando-se do saldo da Reserva Reforço de capital de giro, com base na última Demonstração Financeira aprovada, nos termos do § 2º do artigo 204 da Lei nº 6.404/76. O pagamento será efetuado em data a ser definida pela Diretoria Executiva, de acordo com a disponibilidade de caixa da

Notas Explicativas

Companhia, até 31 de dezembro de 2021.

32.2 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em junho de 2021 a Companhia já havia registrado ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores dada à similaridade dos casos conforme descrito na nota 7.1 no montante de R\$ 1.816.859.

32.3 Reajuste Tarifário Anual (“RTA”):

Em 21 de outubro de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.966, relativo ao resultado do RTA de 2021, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2021, em +14,78%, sendo +8,17% referentes ao reajuste tarifário econômico e +6,62% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de +12,40%, tendo em vista a retirada dos componentes financeiros do ano anterior da base tarifária.

32.4 Empréstimos e financiamentos:

A partir de 1º de outubro de 2021 e até o momento da aprovação destas informações contábeis intermediárias, foi adicionado aos Empréstimos e financiamentos a captação abaixo:

Modalidade	Liberado em Outubro/21	Pagamento de juros	Amortização de principal	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos	Condições restritivas
Moeda Estrangeira						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	121.000	Semestral	Final	0,7820% a.a.	CDI + 0,74% a.a.	(*)

(*) Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia: dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75 e EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Notas Explicativas

UBIRAJUÍ JOSÉ PEREIRA
Conselheiro

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial e Diretor interino de Assuntos
Regulatórios

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí
13024-001 - Campinas/SP – Brasil
Edifício Dahruj Tower
Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia Piratininga de Força e Luz
Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2021.

Campinas, 8 de novembro de 2021.

Carlos Zamboni Neto
Diretor Presidente
CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CPF: 061.539.517-16

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6
CPF: 171.567.218-60

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2021.

Campinas, 8 de novembro de 2021.

Carlos Zamboni Neto
Diretor Presidente
CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CPF: 061.539.517-16

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6
CPF: 171.567.218-60